REVISTA
SABERES
DA AMAZÔNIA
CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS

VOL. 4 | N. 9

Julho-Dezembro 2019 | ISSN: 2448-0576

O DIREITO SOCIAL À MORADIA E À PROTEÇÃO AMBIENTAL: coexistência dos valores constitucionais como corolário da sustentabilidade

SOCIAL RIGHT TO HOUSING AND ENVIRONMENTAL PROTECTION: Coexistence of constitutional values as a corollary of sustainability

Marillya Gondim Reis¹

RESUMO

O mundo globalizado compartilha diversos problemas comuns, contudo, poucos são tão unânimes quanto às questões inerentes ao meio ambiente e à moradia. É justamente sobre esses dois pontos, aparentemente controversos, que o presente ensaio busca lançar um olhar rumo a um denominador comum. Tal enfrentamento macro, pautado em uma ótica transnacional e sustentável, que são as linhas de pesquisa do presente ensaio, é afunilado a uma questão específica, que se delineou na seguinte problemática: é possível pensar em uma coexistência entre o Direito Social à Moradia e ao Meio Ambiente equilibrado com relação às Áreas de Proteção Ambiental ocupadas irregularmente? Para responder essa pergunta este ensaio, pautado em uma metodologia qualitativa, formulou-se três tópicos, os quais buscaram abarcar os objetivos previamente formulados, quais sejam: analisar o direito social à moradia como elemento essencial à consecução da sustentabilidade e a possibilidade de sua concretização de modo voluntário pelo Poder Público e/ou através da judicialização do referido direito social; delinear e conceituar Meio Ambiente e Sustentabilidade e, no tocante a esta última, dedicar especial atenção às suas dimensões; definir e classificar as áreas de proteção ambiental, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, e identificar as escolhas legislativas acerca da Política Nacional do Meio Ambiente. Concluiu-se que esse questionamento deve ser realizado à luz dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, sob a ótica de Robert Alexy, bem como que a Jurisprudência e a Lei 13.465/2017 já legitimam a coexistência desses dois valores como corolário da sustentabilidade.

Palavras-chaves: Sustentabilidade – Direito Social à Moradia – Proteção do Meio Ambiente

ABSTRACT

¹ Mestranda pela UNIVALI. Defensora Pública, E-mail:marillya_reis@hotmail.com

The globalized world shares a number of common problems, yet few are as unanimous as environmental and housing issues. It is precisely on these two apparently controversial points that this essay seeks to cast a glance towards a common denominator. This macro confrontation, based on a transnational and sustainable perspective, which are the lines of research of this essay, is funneled to a specific issue, which was outlined in the following problem: it is possible to think of a coexistence between the Social Right to Housing and the Environment balanced with respect to irregularly occupied Environmental Protection Areas? To answer this question, this essay, based on an exploratory qualitative methodology, formulated three topics, which sought to encompass the previously formulated objectives, namely: to analyze the social right to housing as an essential element to achieve sustainability and the possibility of its realization voluntarily by the Government and / or through the judicialization of said social law; outline and conceptualize Environment and Sustainability and, with regard to the latter, pay special attention to its dimensions; define and classify the areas of environmental protection, according to the Brazilian legal system, and identify the legislative choices about the National Environmental Policy. In addition, it seeks to analyze whether Law 12,651 / 12, which repealed the Forest Code. It was concluded that this questioning must be carried out in the light of the principles of proportionality and reasonableness, from the perspective of Robert Alexy, as well as that jurisprudence and Law 13.465 / 2017 already legitimize the coexistence of these two values as a corollary of sustainability.

Keywords: Sustainability - Social Law on Housing - Protection of the Environment

INTRODUÇÃO

A pós-modernidade, desenlace da globalização, emergiu toda a sociedade global em um contexto em que há inter-relação de interesses e valores. No epicentro deste interesse geral está a proteção ao meio ambiente equilibrado, que se evidencia como o grande protetor da manutenção da vida na terra.

De outro lado, a urbanização acelerada e a falta de planejamento adequado desaguam em outro evidente desafio contemporâneo, qual seja, a falta de moradia adequada, que também é requisito indissociável à vida com dignidade.

Essas duas bases essenciais à existência da vida, e, após, a manutenção da mesma com dignidade, acabam que por vezes entram em

conflito quando da ocupação irregular em Áreas de Preservação Permanente ou Áreas de Proteção Ambiental.

É a partir deste busílis que o presente ensaio questiona se existe a possibilidade de coadunação desses dois valores, incluindo na análise a (i)legitimidade do Poder Judiciário na promoção de regularização fundiária dessas áreas.

Para responder essa pergunta, este ensaio, pautado em uma metodologia qualitativa, formulou-se três tópicos, os quais buscaram abarcar os objetivos previamente formulados, quais sejam: analisar o direito social à moradia como elemento essencial a consecução do sustentabilidade e a possibilidade de sua concretização de modo voluntário pelo Poder Público e/ou através da judicialização do referido direito social; delinear e conceituar Meio Ambiente e Sustentabilidade e, no tocante a esta última, dedicar especial atenção as suas dimensões; definir e classificar as áreas de proteção ambiental, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, e identificar as escolhas legislativas acerca da Política Nacional do Meio Ambiente.

1 A SUSTENTABILIDADE E SUAS DIMENSÕES AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA

Sustentam Barbieri, Vasconcelos, Andreassi, e Carvalho (2016, p. 147)², que “o movimento pelo desenvolvimento sustentável parecer ser um dos movimentos sociais mais importantes deste início de século e milênio”. A problemática da sustentabilidade assume, neste novo século, um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram.

O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas, revela que o impacto dos humanos sobre o meio ambiente

2 BARBIERI, José Carlos; VASCONCELOS, Isabella Freitas; ANDREASSI, Tales; VASCONCELOS, Flávio Carvalho. Inovação e Sustentabilidade: Novos Modelos e Proposições. São Paulo. V. 50. N.2. abr/jun. 2016. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/20819/S0034-75902010000200002.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 19 de março de 2019, p. 147.

tem tido consequências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos.

Em que pese tão popular contemporaneamente, segundo Barbieri, Vasconcelos, Andreassi, e Carvalho, a expressão “desenvolvimento sustentável”, que começou a se tornar popular a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, tem, na realidade, uma longa trajetória.

Como resultado da “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, mais popularmente conhecida como a Rio-92, são apresentados cinco textos principais, a saber: “Declaração de princípios da Conferência”, “Declaração sobre florestas”, “Convenção-quadro sobre alterações climáticas”, “Convenção sobre biodiversidade” e “Agenda-21”³. No preâmbulo inaugural desses textos, consta que a humanidade se encontra em um momento de definição histórica, nos seguintes termos:

Defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas dos quais depende nosso bem-estar. Não obstante, caso se integrem as preocupações relativas a meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos -- em uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável.

Boff (2017, p. 32)⁴, por sua vez, aduz que sustentabilidade é o conjunto de processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integralidade da terra, bem como “a preservação de seu ecossistema com todos os seus elementos físicos, químicos, e ecológicos, que possibilitam a existência e a reprodução da vida, e, ainda, o atendimento das necessidades desta e das futuras gerações”.

Na baila dessas alegações, lembra o autor que sustentabilidade é um termo que visa proteger todas as áreas da vida, atingindo parâmetros sociais,

3 MILANI, Carlos. O meio ambiente e a regulação da ordem mundial. Contexto internacional, v. 20, n. 2, p. 303-347, jul./dez. 1998, p. 52.

4 BOFF, Leonardo. O que é e o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 32.

culturais, políticos e industriais. Para ele, este termo significa uma forma de viver que limita toda conduta humana à liberdade de praticar tão somente aquilo que é suportável pelo bioma.

Embora alguns autores importantes, como Sachs (199, p. 47)⁵, reconheçam outras dimensões da sustentabilidade, como a espacial e a cultural, para a Comissão (CMMAD, 1988)⁶ o termo sustentabilidade contém dois conceitos-chave: o conceito de necessidades básicas dos pobres de todo o mundo, que devem ser atendidas como prioridade, e o conceito de limitação dos recursos naturais, que pode impedir as gerações presentes e futuras de atenderem as suas necessidades.

A acepção ambiental, segundo Nascimento (2019, p. 55)⁷, pressupõe “modelo de produção e consumo seja compatível com a base material em que se assenta a economia, como subsistema do meio natural”. Trata-se, portanto, de produzir e consumir de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua autorreparação ou capacidade de resiliência.

Milaré (2007, p. 135)⁸, por sua vez, divide esta vertente em três subdimensões, assim delineadas:

A primeira foca-se na ciência ambiental e inclui ecologia, diversidade do habitat e florestas. A segunda inclui qualidade do ar e da água (poluição), proteção da saúde humana por meio da redução de contaminação química e da poluição. E, a terceira, foca-se na conservação e na administração de recursos renováveis e não renováveis.

A Comissão Brundtland⁹ afirma que para haver a sustentabilidade ambiental é preciso não pôr em risco os elementos naturais que sustentam a integridade global do ecossistema: a qualidade do ar, dos solos, das águas e dos seres vivos. Encontrar novas tecnologias para reduzir a pressão sobre o

5 SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba: UFPR, n. 1, p. 47-63, 1999, p. 47.

6 CMMAD (1998). Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum (2ª Ed.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

7 NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Trajetória da Sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>>. Acesso em 19 de março de 2019, p. 55.

8 MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. 5. Ed, 2007, p. 135.

9 CMMAD (1998). Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum (2ª Ed.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

meio ambiente, que minimizem o esgotamento e propiciem substitutos para esses recursos.

De outro modo, o viés econômico do conceito de sustentabilidade defende o crescimento da produção com a utilização mínima de recursos naturais e, preferencialmente, com o emprego de recursos renováveis.

Souza e Garcia (2016, p. 8), ao conceitua-la, sustentam que a dimensão econômica da sustentabilidade recai sobre a ponderação entre eficiência e equidade, ou seja, na escolha e aplicação das grandes e pequenas políticas econômicas sustentáveis e na reestruturação do consumo e da produção.

Sobre a ótica da sustentabilidade, a economia passa a ser, portanto, um meio de caminhar rumo a tecnologias que auxiliem no desapego aos recursos naturais não renováveis. Trata-se, portanto, da construção de um caminho rumo a sustentabilidade ambiental.

Fala-se, portanto, em formas de produzir mais modernas, que preservem melhor o meio ambiente, e que criem possibilidades de um tipo de produção independente dos recursos naturais.

Esta abordagem se assemelha visão de economia neoclássica, uma vez que pressupõe que os limites ao crescimento fundamentado na escassez dos recursos e sua capacidade de suporte são reais e necessitam ser superáveis por meio do progresso tecnológico.

Retomando até este ponto, conclui-se que, em resumo, sob a ótica ambiental, a sustentabilidade direciona-se ao estudo e a proteção do ambiente, porquanto a sustentabilidade econômica arquiteta-se sob a produção de tecnologia que visa diminuir o uso de recursos naturais no desenvolvimento social.

Feita essa retomada, por fim, chega-se a dimensão social do tema estudado, que se deságua em um modelo equilibrado de economia, sociedade, cultura, política, e meio ambiente. Esse modelo deve se pautar pela satisfação dos requisitos da sociedade atual, sem comprometer o que as gerações futuras necessitarão para sobreviver.

Em outras palavras, a sustentabilidade social é um dos mais importantes setores para a mudança nos panoramas da sociedade. Sobre ela, ensina Nascimento¹⁰:

Uma sociedade sustentável supõe que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros. Isso significa erradicar a pobreza e definir o padrão de desigualdade aceitável, delimitando limites mínimos e máximos de acesso a bens materiais.

Ao passo em que Nascimento entende que o braço social da sustentabilidade caminha no sentido de igualdade social, Milaré¹¹

Compreende que este é algo relacionado às qualidades humanas, como habilidades, dedicação, e experiências. Para ele, “a dimensão social engloba tanto o ambiente interno da empresa quanto o ambiente externo”.

Coadunando com Nascimento, Sachs¹² sustenta maior equidade na distribuição de rendas e bens como um dos elementos conceituais acerca do tema em análise. Para melhor elucidação, transcreve-se:

Social, que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

De acordo com Chambers e Conway¹³, para se fazer completa, a sustentabilidade ambiental tem que ser complementada pela sustentabilidade social. Sustentabilidade social, de acordo com esses autores, se refere não somente ao que o ser humano pode ganhar, mas à maneira como pode ser mantida decentemente sua qualidade de vida.

10 NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Trajetória da Sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>>. Acesso em 19 de março de 2019, p. 56.

11 MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. 5. Ed, 2007, p. 135.

12 SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável (4ª Ed.). Rio de Janeiro: Garamond. 2002, p. 85.

13 CHAMBERS, Robert e CONWAY, Gordon R. Sustainable Rural Livelihoods: practical concepts for the 21st century. Institute of development studies: Discussion Paper nº 296, 1992.

Em seu sentido mais abrangente, pode-se dizer que, em uma perspectiva estrutural, a problemática do meio ambiente se encontra à sombra de uma crise maior, qual seja, de redefinição dos paradigmas globais do desenvolvimento e do processo de ocupação do planeta pelo homem.

É sobre esse ponto que o capítulo seguinte irá se deleitar, pois trata-se de um hipotético embate entre duas perspectivas de sustentabilidade: a ambiental, ao passo em que versa sobre áreas protegidas; e a social, porquanto é atinente à ocupação dessas áreas rumo à concretização do direito à moradia.

2 A OCUPAÇÃO IRREGULAR DE ÁREAS ESPECIALMENTE PROTEGIDAS

Após as ponderações e explicações realizadas no bojo de todo texto até o presente momento, chega-se ao epicentro da problemática proposta. Em verdade, todas as informações até aqui trazidas funcionam como um mecanismo de introdução para às discussões supervenientes, que, pela sua própria natureza, necessitam do conhecimento conceitual dos parâmetros até então aduzidos.

Sucintamente, pode-se afirmar que no Brasil toda a Política Nacional de Meio Ambiente, em suas funções e atribuições relacionadas ao poder público, subordinam-se as Leis nº 6.902/81 e 6.938/81, que lidam sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental e sobre a política nacional do meio ambiente, respectivamente, e a Lei 12.651/12, compreendido como novo Código Florestal.

Poder-se interpretar, que, ao passo em que a Lei 6.938/81, na baila do Código Florestal de 1965, promovia um alto nível de proteção ao meio ambiente, a Lei 12.651/12 esboçou um retrocesso, porquanto flexibilizou os dispositivos de proteção das áreas de preservação permanente e da reserva legal.

As restrições acerca das APPs e Reserva Legal, nas palavras de Sauer e França¹⁴, são um empecilho ao desenvolvimento, entendido apenas como

14 SAUER, Sérgio; França, Franciney Carreiro. Código Florestal, função socioambiental da terra soberania alimentar. 2002. Disponível em:

crescimento econômico. Pontuam os autores que, “sustentadas por princípios avessos a qualquer preservacionismo”, as propostas e a defesa de mudanças têm como justificativa a necessidade de manter ou ampliar a área de cultivo para a agropecuária, aproveitando as oportunidades de negócios e dando maior competitividade ao setor. Em outras palavras, justificam-se para não “escorraçar plantações” e “colocar mata no lugar”.

Nesta toada, aduz Lino¹⁵ que lógica do Código Florestal atual é a da restauração. Os espaços de áreas de preservação permanente e de reserva legal são definidas, e quem não cumpre as determinações do código deve restaurá-las por meio do replantio de vegetação natural. Para resolver as situações de não conformidade há também opções de redução de exigências na Amazônia Legal (baseadas em estudos comprobatórios de sua procedência), e a possibilidade de compensação fora da propriedade na mesma microbacia hidrográfica (MBH), ou seja, nas imediações do déficit.

Ultrapassada essa observação, em análise detida ao Código Florestal vigente, depreende-se do inciso IV do artigo 1º que um dos seus objetivos é a responsabilização comum da União, Estados, DF, e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais.

A Lei, em seu artigo 3º, incisos II e III, conceitua Área de Preservação Permanente e Reserva Legal da seguinte maneira:

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000200007. Acesso em: 02 de junho de 2019, p. 285.

15 LINO, Jane. A revisão do Código Florestal Brasileiro. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100007>. Acesso em: 05 de julho de 2019.

reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

No seu Capítulo II, por sua vez, destina-se integralmente às Áreas de Preservação Permanente, que são um dos objetos do presente estudo, e divide-se em duas seções, a primeira, denominada “Da delimitação de áreas de Preservação Permanente”, e a segunda “Do regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente”.

Não bastasse o fato das dimensões da Reserva Legal e os limites das Áreas de Preservação Permanente terem sido alteradas drasticamente nas últimas décadas, em conformidade com a própria legislação, há possibilidade de descaracterização de tais áreas, nos termos do §2º do artigo 8º da Lei 12.651/12. Isso porque se autoriza, em caráter excepcional, a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em locais onde a função ecológica do manguezal esteja comprometida, para execução de obras habitacionais e de urbanização, inseridas em projetos de regulamentação fundiária de interesse social, em áreas urbanas consolidadas ocupadas por população de baixa renda.

Esse artigo trata justamente do busílis aqui proposto, visto que excepciona a proteção ambiental de áreas especialmente destinadas, sob a ótica da sustentabilidade ambiental, com a finalidade de atingir a sustentabilidade social no tocante à moradia para pessoas de baixa renda.

A Lei n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre regularização fundiária urbana e outros assuntos, em seu art.11 § 2.º, prevê que o Poder Público poderá, motivando a decisão administrativa, admitir a regularização de núcleos urbanos informais em APPs, em conformidade com o disposto no Código Florestal, quando inseridas em área urbana consolidada, desde que estudo técnico comprove que esta intervenção implicará na melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação irregular anterior, inclusive com realização de compensações ambientais.

A partir disso, o que se questiona é quais são os parâmetros dessa regularização de núcleos urbanos informais nas APPs, bem como se esses dois valores podem coexistir, indicando sobre a (im)possibilidade/(in)viabilidade

de regularização fundiária nas áreas que recebem especial proteção ambiental e se é (im)possível o controle do poder Judiciário quando faltarem aos Gestores Públicos a implementação de melhores práticas e políticas públicas de governança e sustentabilidade multidimensional, que é a problemática inicialmente proposta.

É que, atualmente, os ditames narrados pela legislação ambiental acerca da proteção de áreas especialmente determinadas encontram uma questão pulsante, que acaba por colocar em colisão dois direitos fundamentais: a sua ocupação ante a falta de moradia adequada. Nesse sentido disserta Loureto¹⁶ ao lembrar os motivos deste problema:

O fracasso do planejamento ambiental urbano se deu porque as restrições ao uso e ocupação do solo das áreas de proteção ambiental dos mananciais não foi suportada, de um lado, pela falta de políticas públicas para moradia popular, e, de outro, pelas regras excludentes do mercado imobiliário. Esta situação de falta de políticas públicas para moradia popular, de um lado, e de regras excludentes do mercado imobiliário, de outro, impulsionou uma intensa segregação sócio-territorial junto a população pobre, que encontrou justamente nas áreas de proteção ambiental uma alternativa de moradia.

Segundo o autor supramencionado, o motivo desse problema tem duas bases sólidas: a falta de política pública para assegurar, a todos, o direito à moradia, e o que chama de “regras excludentes do setor imobiliário”, que, no frigor dos ovos, significa o alto custo da moradia no Brasil. Diante desse cenário, a população de baixa renda acaba por vislumbrar nas áreas especialmente protegidas uma alternativa de vida.

No compasso da assertiva citada alhures, a ONU¹⁷ informou que em 2016 cerca de 1 bilhão de pessoas pobres vivem em favelas no mundo. Desse

16 LOUREIRO, Carlos Henrique. Direito à Moradia Digna e à Moradia Sustentável. 2015. Disponível em: <io%2C+++de+++outro%2C+++impulsionou+++uma+++intensa+segrega%C3%A7%C3%A3o+s%C3%B3cio-territorial++junto++a++popula%C3%A7%C3%A3o++pobre%2C++que++encontrou++justament e++nas++C3%A1reas+de+prote%C3%A7%C3%A3o+ambiental+uma+alternativa+de+moradia .>. Acesso em 05 de julho de 2019.

17 ONU BRASIL. A Onu e o meio ambiente, 2018. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em 23 de dezembro de 2018.

quantitativo, mais de 930 milhões vivem em favelas nos países em desenvolvimento, constituindo 42% da população urbana. No Brasil, por sua vez, informou o IBGE no Censo Demográfico de 2010 que, entre 1991 e 2010, a população residente nesses locais – chamado pelo IBGE de aglomerados subnormais – aumentou em mais de 60%, passando de pouco menos de sete milhões para 11,4 milhões de pessoas.

Do demonstrativo da ONU, nota-se que a falta de moradia adequada é um problema mundial e progressivo, vez que aumentou mais da metade nos últimos anos.

Nesse passo, endossa Reis¹⁸

O crescimento desordenado das cidades brasileiras compele boa parte da população urbana para áreas marginais onde se constituem assentamentos informais, boa parte deles em áreas de especial tutela ambiental, como áreas verdes e áreas de mananciais. A situação criada pela omissão do Estado cria verdadeiros problemas do ponto de vista social e jurídico, posto que famílias às quais nunca se propiciou o direito fundamental à moradia acabam por ocupar áreas protegidas, com fundamento no direito coletivo ao ambiente equilibrado e de acesso aos recursos naturais.

Dito de outra maneira, depreende-se dos entendimentos acima expostos que, tratando-se de um Estado Social, a falta de promoção de políticas públicas rumo ao acesso à moradia acaba por ser insuficiente, fazendo com que pessoas de baixa renda ocupem lugares destinados à área de preservação permanente, seja em âmbito urbano, seja em âmbito rural.

Dessa forma, do ponto de vista ambiental, urbanístico e socioeconômico, a ocupação das áreas de preservação permanente das cidades é uma das mais complexas questões a ser enfrentada pelo Poder Público e pela sociedade.

Observa-se que há uma grande incompatibilidade entre as normativas legais urbanísticas e ambiental com a realidade da ocupação territorial, de

17 REIS, João Emílio de Assis. O Direito ao Meio Ambiente e o Direito à moradia: colisão de direitos fundamentais. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v.10, n.20, p.289-314, Julho/Dezembro de 2013, p. 292.

18 ONU BRASIL. A Onu e o meio ambiente, 2018. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em 23 de dezembro de 2018.

18 REIS, João Emílio de Assis. O Direito ao Meio Ambiente e o Direito à moradia: colisão de direitos fundamentais. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v.10, n.20, p.289-314, Julho/Dezembro de 2013, p. 292.

modo que o legislador buscou criar regulamentações que pudessem minimizar os impactos ambientais da intervenção antrópica nas áreas ambientais especialmente protegidas.

O primeiro marco acerca do tema foi a Resolução Conama 369/2006. Posteriormente, foi editada a Lei Federal nº 11.977/09 (Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida), que possibilitou a ocupação humana em áreas delimitadas como de interesse social. Em seguida, a Lei Federal nº 12.651/12 (Código Florestal) também trouxe a previsão do instituto da regularização fundiária urbana em APPs, ampliando-o para atingir áreas classificadas como de interesse específico.

Mais recentemente, a Lei Federal nº 13.465/2017, alterou os parâmetros normativos anteriores, passando a dispor sobre a regularização fundiária urbana em áreas sob proteção ambiental (Reurb).

A situação acima narrada enseja o surgimento de vertentes defensivas, que divide opiniões e grupos, como bem lembra Fernandes¹⁹:

Trata-se na verdade de mais uma expressão de um velho conflito entre defensores da chamada agenda verde "do meio ambiente" e os defensores da chamada agenda marrom "das cidades", conflito esse que se tem traduzido também no crescimento paralelo, e com frequência potencialmente antagônico, de dois ramos do Direito Público brasileiro, quais sejam, Direito Ambiental e o Direito Urbanístico. Infelizmente, tais grupos têm sido cada vez mais insensíveis um para com as demandas do outro, o que tem gerado decisões judiciais conflitantes, que vão desde a determinação de remoção de milhares de famílias sem uma maior preocupação com suas necessidades de moradia, a recentes decisões judiciais tomadas em prol dos moradores sem uma maior preocupação com valores ambientais.

Em suma, questões como falta de acesso à moradia ou interesses socioeconômicos tem interferido no que se delimitou enquanto APPs ou APAs. Tal situação enseja no conflito entre o direito do meio ambiente equilibrado e o direito à moradia, vez que tanto as APPs quanto as APAs são mecanismos de proteção e vigilância.

19 FERNANDES, Betânia. Direito Urbanístico—Estudos Brasileiros e Internacionais. Editora Del Rey, 2006, p. 49.

Nesse contexto, é interessante citar o entendimento de Jacobi²⁰ onde ele sustenta que esse embate é o conceito próprio de desenvolvimento sustentável, onde, de um lado encontra-se a proteção de recursos naturais, e, de outro, o uso dos mesmos, conforme denota-se:

O desenvolvimento sustentável somente pode ser entendido como um processo no qual, de um lado, as restrições mais relevantes estão relacionadas com a exploração dos recursos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e o marco institucional. De outro, o crescimento deve enfatizar os aspectos qualitativos, notadamente os relacionados com a equidade, o uso de recursos – em particular da energia – e a geração de resíduos e contaminantes. Além disso, a ênfase no desenvolvimento deve fixar-se na superação dos déficits sociais, nas necessidades básicas e na alteração de padrões de consumo, principalmente nos países desenvolvidos, para poder manter e aumentar os recursos-base, sobretudo os agrícolas, energéticos, bióticos, minerais, ar e água.

A partir disso, sustenta Loureiro²¹,

Daí surge a dúvida, que instala o conflito: ignorar a função socioambiental da propriedade estabelecida em lei e promover a regularização fundiária e urbanística reconhecendo a força dessa realidade, ou ignorar a realidade e promover a função socioambiental à força? Sacrificar o Direito à Moradia ou o Direito ao Meio Ambiente? Para tentar encaminhar esta questão, é necessário lembrar que, muito embora o princípio da função socioambiental seja estável, ele deve ser operado considerando-se o princípio dinâmico do desenvolvimento equilibrado e sustentável. (grifo nosso).

O questionamento formulado acima, que, não por coincidência, também é a problemática proposta, será respondido no tópico seguinte.

3 A PONDERAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO INSTRUMENTO DE COEXISTÊNCIA DOS VALORES CONSTITUCIONAIS COMO COROLÁRIO DA SUSTENTABILIDADE: uma análise a partir da

20 ONU BRASIL. A Onu e o meio ambiente, 2018. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em 23 de dezembro de 2018.

20 REIS, João Emílio de Assis. O Direito ao Meio Ambiente e o Direito à moradia: colisão de direitos fundamentais. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.10, n.20, p.289-314, Julho/Dezembro de 2013, p. 292.

21 LOUREIRO, Carlos Henrique. Direito à Moradia Digna e à Moradia Sustentável. 2015. Disponível em:

<[https://repositorio.unicamp.br/bitstream/handle/13029/27000/1/13029_27000.pdf](#)>.

21 LOUREIRO, Carlos Henrique. Direito à Moradia Digna e à Moradia Sustentável. 2015. Disponível em: <[https://repositorio.unicamp.br/bitstream/handle/13029/27000/1/13029_27000.pdf](#)>.

possibilidade de regularização fundiária em áreas de proteção ambiental em concretização às sustentabilidades ambientais e sociais

Após um extenso discurso acerca das questões legais e sociais que permeiam um dos lados deste conflito, qual seja, a proteção ambiental, é chegada a hora de discorrer sobre o outro lado da discussão, conforme exposto no título acima.

O direito à moradia não aparece como coadjuvante no presente ensaio, vez que é parte indissociável à problemática proposta. Do contrário, vislumbrar-se-ia um direito absoluto à proteção ao meio ambiente, que desconsideraria a situação das diversas famílias que ocupam terras ambientalmente protegidas, as quais, insiste-se, precisam de atenção ante ao atual contexto mundial de desabrigo.

Destaque-se que a propriedade é prevista como direito fundamental pela própria Constituição Federal (art. 5º, inciso XXII).

Para Nolasco²², o Direito à moradia é *erga omnes*, indisponível, e inviolável, conforme verifica-se de forma taxativa:

A moradia, posse exclusiva de um lugar onde se tenha um amparo, que se resguarde a intimidade e se tenha condições para desenvolver práticas básicas da vida. É um direito erga omnes, um lugar de sobrevivência do indivíduo. É o abrigo e o amparo para si próprio e seus familiares “[...] daí nasce o direito à sua inviolabilidade e à constitucionalidade de sua proteção”

A moradia consiste em bem irrenunciável da pessoa natural, indissociável de sua vontade e indisponível, que permite a fixação em lugar determinado, Não só físico, como também as fixação dos seus interesses naturais da vida cotidiana, exercendo-se de forma definitiva pelo indivíduo, e, secundariamente, recai o seu exercício em qualquer pouso ou local, mas sendo objeto de direito e protegido juridicamente.

Com base no entendimento dos autores, sustenta-se que a moradia é, portanto, um direito indissociável à dignidade da pessoa humana. Mais que isso, por meio do seu posicionamento na Constituição Federal de 1988, vislumbra-se que este direito, em verdade, não implica na mera proteção do Estado sob a perspectiva negativa (de não intervenção e limitação), mas sim

22 NOLASCO, Loreci Gottschalk. Direito Fundamental à Moradia. São Paulo: Editora Pillares, 2008, p. 88.

de efetivo direito a ser concretizado através de prestação ativa do Estado, conforme será melhor explanado no tópico subsequente, mas como já adiantam Benacchio e Cassettari²³:

O direito humano à moradia é um direito social em sua dimensão positiva, informado pelos princípios da solidariedade, da igualdade material e do Estado Social. Dessa forma, os Estados devem proteger e auxiliar os mais necessitados na efetivação do acesso à moradia digna que possibilite a efetivação dos demais direitos humanos.

Vê-se, pois, que a sustentabilidade assume um significado especial em torno das propostas que possam garantir soluções equânimes.

Dado o antagonismo traçado entre a proteção normativa ambiental e o direito à moradia, percebe-se que aquilo que o que está positivado não cobre a realidade. Streck²⁴, explica que esse espaço de movimentação é dado justamente do problema semântico que existe na aplicação de um signo linguístico, ou seja, do problema de legitimação e identificação social que surge a partir do que está legalmente positivado.

Cuida-se de dado inquestionável que o Direito, como qualquer outra ciência, não está imune às transformações e, segundo Rocha²⁵ se depara cotidianamente com o fato de que “a nova racionalidade adquirida não é mais suficiente para gerir e pensar um sistema jurídico tão repleto de possibilidades comunicativas e tão repleto de informações”. Essa realidade dá a impressão de ser a ciência do Direito “um organismo vivo” que, dotado de uma nova compreensão constitucional, veio a enquadrar-se em formas que melhor se adequem à sociedade.

É a partir daí que se pode construir um pensamento que transcenda a limitação legal imposta às APAS e APPS, no tocante às ocupações, e iniciar um raciocínio direcionado ao conflito aparente entre o direito ao meio ambiente equilibrado e direito à moradia, ambos direitos fundamentais. Os

23 BENACCHIO, Marcelo; CASSETTARI, Denis. Regularização fundiária urbana como efetivação do direito humano à moradia adequada. LEVY, Wilson; NALINI, José Renato (org.) Regularização Fundiária. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 60.

24 STRECK, Lenio Luiz. Verdade e Consenso: Constituição, Hermenêutica e Teorias Discursivas. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 32.

25 ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e a Exclusão Social. Revista Interesse Público. Ano1., n. 4. São Paulo: Notadez, 2006.

direcionamentos legais taxativos, além de serem interpretados à luz da Constituição Federal de 1988, devem ser confrontados por meio da linha hermenêutica da ponderação.

Sem prejuízo da solução casuística por meio da solução interpretativa, em 2006, o CONAMA, por meio da Resolução nº 369/2006, em seu art. 9º, inovou no ordenamento jurídico, permitindo a regularização das construções em áreas de baixa renda predominantemente residenciais e nas áreas situadas em Zonas de Especial Interesse Social (Zeis), desde que inseridas em áreas urbanas consolidadas até 10 de julho de 2001.

Porém, além do criticável lapso temporal em que seria permitido o aperfeiçoamento da regularização fundiária nas áreas especialmente protegidas, estas só poderiam ser efetivadas em algumas espécies de APPs: ao longo das margens de cursos d'água, em topo de morros e em restingas (art. 9º, IV, da referida Resolução). Além do que, as regularizações deveriam ser precedidas de “Plano de Regularização Fundiária Sustentável”, entre outras condicionantes trazidas pela Resolução Conama nº 369/2006, art. 9º, VI.

A matéria, como já ressaltado alhures, sofreu diversas alterações legislativas e, atualmente, encontra-se regulamentada pela Lei nº 13.465/2017.

A regularização de ocupações em Áreas de Preservação Permanente, segundo essa Lei, é pautada em três bases específicas: área urbana consolidada, população de baixa renda, e interesse social.

Sobre o primeiro ponto, qual seja, área urbana consolidada, o art. 16-C na Lei Federal nº 9.636/1998, incluído pelo art. 93 da Lei Federal nº 13.465/2017, diz que esta é aquela incluída no perímetro urbano ou em zona urbana, pelo plano diretor, ou por lei municipal específica; com sistema viário implantado e vias de circulação pavimentadas; organizada em quadras e lotes predominantemente edificados; de uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou voltadas à prestação de serviços; com a presença de, no mínimo, três dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados: drenagem de águas pluviais; esgotamento sanitário;

abastecimento de água potável; distribuição de energia elétrica; e limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

O artigo 13 da referida Lei, por sua vez, sustenta que a regularização fundiária por interesse social (Reurb-S) é destinada aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados pelo Poder Executivo Municipal. Já a regularização fundiária por interesse específico (Reurb-E) se aplica aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada como de baixa renda, que é onde se encontra a possibilidade de legitimar a ocupação sob a justificativa de “interesse social”.

É aqui que se encontra o desenrolar do ensaio proposto! É que, neste ponto do trabalho, já atingiu-se uma conclusão: com fulcro na Lei 13.465/2017, é possível a regularização de locais ocupados em áreas de preservação permanente, o que significa, à luz do que fora proposto, uma ponderação entre os princípios elencados no capítulo dois, que se relacionam ao meio ambiente, que cominam no acesso ao meio ambiente equilibrado e o direito fundamental à moradia, em uma verdadeira interpretação aberta de valores constitucionais rumo ao conceito integral da sustentabilidade, que abarca preceitos econômicos, sociais e ambientais.

À luz dessas orientações, conclui-se que um direito ambiental protegido sem assegurar o direito à moradia não emerge do conceito pleno de sustentabilidade, vez que esta exige, para além de resguardo ambiental, também uma perspectiva de efetivação social. Sobre esse ponto, é de se observar o entendimento de Sachs²⁶:

Porém, alguns autores, instituições e práticas de política ambiental continuam privilegiando ou considerando exclusivamente a sustentabilidade ambiental. Apesar de existirem dezenas ou talvez centenas de definições de desenvolvimento sustentável, quando essas definições são analisadas e explicadas, na maioria dos casos, os aspectos sociais e econômicos da sustentabilidade sempre complementam os da sustentabilidade ecológica.

26 SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável (4ª Ed.). Rio de Janeiro: Garamond. 2002, p. 89.

Inclusive, conforme orienta Souza²⁷, não resta dúvida que a Sustentabilidade está diretamente relacionada com os objetivos de desenvolvimento do Milênio.

Para Oliveira²⁸, mesmo com a autorização legal, justamente diante das diversas características substanciais de cada ocupação, as peculiaridades de cada caso concreto devem ser consideradas no ato da ponderação dos dois princípios fundamentais, analisando-se, por exemplo:

Se a mitigação à tutela do meio ambiente não tem compensação ou correspondência nas vantagens ofertadas a uma coletividade que anseia por moradia adequada e uma melhor qualidade de vida nos centros urbanos, autorizando assim o sacrifício daquele direito humano difuso.

É de se considerar, com efeito, que, segundo Brandon e Rylands²⁹, uma área especialmente protegida tem que ser manejada para transformar áreas em entidades bem administradas, que efetivamente conservem a biodiversidade.

Tal questão chama atenção porquanto amplia a possibilidade de regularização fundiária para além das hipóteses legais, em prestígio à análise do caso concreto, afastando qualquer determinação proibitiva única e intangível, até mesmo porque uma área determinada como de proteção ambiental pode, eventualmente, não cumprir a sua finalidade.

É nesse compasso que se invoca a Lei 13.465/2017, onde, em consonância com o artigo 11, parágrafos 2º, 3º, e 4º, quando os assentamentos humanos estiverem inseridos em núcleos urbanos informais consolidados, ainda que em Áreas consideradas de Preservação ambiental Permanente, Unidade de Conservação de Uso Sustentável ou de Proteção de Mananciais, o Poder Público poderá, por decisão fundamentada, aplicar o princípio da proporcionalidade e ponderar os valores em aparente choque, desde que se comprove, mediante estudo técnico, que a intervenção urbanística a ser

27 SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes. 20 anos de sustentabilidade: reflexões sobre avanços e desafios. Revista da Unifebe (Online) 2012; 11 (dez):239-252.

28 OLIVEIRA, Vanessa Elias; CARVALHO NETO, Ernani. A Judicialização da Política: um tema em aberto. Política Hoje Revista do Mestrado em Ciências Políticas da UFPE, Brasil, v. 1, n. 15, 2008, p. 98. Disponível em <http://politicahoje.com/ojs/viewarticle.php?id=101>. Acesso em 17 de junho de 2015.

29 RYLANDS, Anthony; BRANDON, Katrina. Unidade de Conservação Brasileira. MEGADIVERSIDADE | Volume 1 | Nº 1 | Julho 2005, p. 33.

precedida da concessão da titularidade, implique em melhorias nas condições ambientais em relação à situação de ocupação irregular anterior, por meio de recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização, resultando sobretudo num padrão mínimo de sustentabilidade urbano ambiental.

Portanto, a possibilidade da regularização fundiária em áreas especialmente protegidas é latente seja através do direito positivo, seja por meio da utilização de técnicas hermenêuticas.

O Superior Tribunal de Justiça também já entendeu desta maneira, e, ao ponderar o direito à moradia *versus* o direito ao meio ambiente equilibrado, entendeu que, à luz dos princípios constitucionais, o meio-termo entre ambos era o melhor caminho a ser percorrido, conforme se pode depreender:

EDIFICAÇÕES ERGUIDAS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. DEMOLIÇÃO E REGULARIZAÇÃO (...). 3. **A Corte Regional, ancorada no princípio da proporcionalidade, manteve a rejeição do pleito demolitório por considerar que o conjunto probatório não evidenciava "a relação de causalidade entre eventuais alterações ambientais" na área e a edificação "de uma única unidade imobiliária", usada para moradia, há anos, pelos ora agravados, haja vista a falta de "comprovação de efetivo dano ambiental decorrente da presença da casa e dos moradores na localidade"(...).** (grifo nosso).

Dos julgamentos e entendimentos autorais supra colacionados, pode-se concluir que a Lei Ambiental, seja a 13.465/2017, seja Lei 12.651/2012, ao versarem sobre as ocupações das Áreas de Preservação Permanente, devem ser interpretadas, tanto pelo Administrador quanto pelo Judiciário, à luz da Constituição Federal de 1988, por meio dos princípios da Unidade da Constituição e Concordância prática.

Interessante ponderar o entendimento de Antunes³⁰, ao compreender que o Poder Público necessita pensar de forma criativa a partir de áreas já ocupadas, arquitetando-se sob uma análise de custo/benefício em que a regularização fundiária insurge como instrumento de transformação social:

Assim sendo, reconhecendo seu valor relativo e não absoluto, o direito ambiental pode reconhecer soluções que assumam os danos já produzidos, a fim de atender as necessidades humanas relacionadas ao direito à moradia, na perspectiva de minimizar ou até

30 ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002, p. 50.

eliminar progressivamente os prejuízos, através de medidas protetivas levadas a efeito dentro de um processo de regularização fundiária e urbanística especial. (...)

Isto não significa, porém, que todas as áreas de proteção ambiental ocupadas por assentamentos humanos precários devam ser regularizadas. A fim de se decidir se o custo/benefício da regularização é favorável, devem ser aplicados critérios de razoabilidade técnica, capazes de afirmar, ou não, a conveniência da regularização como estratégia de transformação da realidade.

Nesta toada, conclui-se que a preponderância de um sobre o outro depende do caso em concreto, a exemplo dos entendimentos supramencionados, onde consta que não foi possível identificar o dano que as moradas causaram ao meio ambiente, e, portanto, as ocupações deveriam ser mantidas.

De toda forma, enquanto o conflito aparente não for enfrentado na sua causa originária (política eficaz de moradia à população carente), se exigirá soluções cada vez mais complexas. Apenas a intervenção pública direta poderá impedir a contínua segregação sócio territorial, que acaba por relegar a população carente, sem alternativa, a ocupar as áreas de proteção ambiental.

CONCLUSÃO

A consciência da compreensão do homem acerca do seu meio desaguou no que se compreende como sustentabilidade, que é o conjunto de processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integralidade da terra, bem como a preservação de seu ecossistema com todos os seus elementos físicos, químicos, e ecológicos, que possibilitam a existência e a reprodução da vida, e, ainda, o atendimento das necessidades desta e das futuras gerações.

Tal conceito abarca três dimensões, quais sejam, ambiental, social, e econômica, onde o direito social à moradia e à proteção ao meio ambiente equilibrado estão incorporados.

Em suas três acepções, visto que a perspectiva ambiental é o cerne de todas as outras construções, a sustentabilidade está inserida na Constituição Federal de 1988, notadamente nos seguintes comandos: tutela geral do meio ambiente (art. 225); função social da propriedade (arts. 5º, XXIII, 182 e 186); enumeração dos bens da União (art. 20, II); divisão de competências entre os

entes federativos (arts. 21, XIX, 23, III, VI e VII, e 24, VI, VII e VIII); regulamentação da ordem econômica (art. 170, VI); possibilidade de instauração de inquérito civil e ação civil pública em defesa do meio ambiente (art. 129, III); atribuição do sistema único de saúde de colaborar com a proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho (art. 200, VIII); dentre outros dispositivos esparsos.

A partir dessas proteções constitucionais, a legislação ambiental brasileira possui diferentes figuras jurídicas relativas à regulação ambiental. Entre as normas que permitem a ocupação humana e limitam o direito de propriedade destacam-se as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), cabendo ao Poder Público determinar tais áreas de proteção, seja pela perspectiva legislativa ou por meio de ato do poder executivo.

Embora desde 2006 exista normativa positiva acerca da possibilidade de regularização fundiária em áreas de proteção ambiental, tais hipóteses se mostram insuficientes ante a velocidade do mundo moderno.

À luz de tais fatos, conclui-se que um direito ambiental protegido sem assegurar o direito à moradia não emerge do conceito pleno de sustentabilidade, vez que esta exige, para além de resguardo ambiental, também uma perspectiva de efetivação social.

Portanto, tratando-se de conflito aparente de dois valores constitucionais de tamanha importância (direito ao meio ambiente equilibrado e direito à moradia), as decisões do poder público e judiciário devem sempre estarem coadunados à luz da unidade da Constituição Federal de 1988, ponderando-se, concretamente, a melhor solução a ser trilhada, mesmo que não prevista dentro das hipóteses legais que permitam o afastamento de um direito em detrimento de outro.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos; VASCONCELOS, Isabella Freitas; ANDREASSI, Tales; VASCONCELOS, Flávio Carvalho. **Inovação e Sustentabilidade: Novos Modelos e Proposições**. São Paulo. V. 50. N.2. abr/jun. 2016. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/20819/S0034->

[75902010000200002.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.](#) Acesso em 19 de março de 2019.

BENACCHIO, Marcelo; CASSETTARI, Denis. **Regularização fundiária urbana como efetivação do direito humano à moradia adequada.** LEVY, Wilson; NALINI, José Renato (org.) Regularização Fundiária. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

CHAMBERS, Robert e CONWAY, **Gordon R. Sustainable Rural Livelihoods: practical concepts for the 21st century.** Institute of development studies: Discussion Paper nº 296, 1992.

CMMAD (1998). **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Nosso Futuro Comum (2ª Ed.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

FERNANDES, Betânia. **Direito Urbanístico–Estudos Brasileiros e Internacionais.** Editora Del Rey, 2006.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, cidadania, e sustentabilidade.** 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100008>.

LINO, Jane. **A revisão do Código Florestal Brasileiro.** 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100007>.

LOUREIRO, Carlos Henrique. **Direito à Moradia Digna e à Moradia Sustentável.** 2015. Disponível em: < [io%2C+++de+++outro%2C+++impulsionou+++uma+++intensa+segrega%C3%A7%C3%A3o+s%C3%B3cio-territorial++junto++a++popula%C3%A7%C3%A3o++pobre%2C++que++encontrou++justamente++nas+%C3%A1reas+de+prote%C3%A7%C3%A3o+ambiental+uma+alternativa+de+moradia>.](#)

MILANI, Carlos. **O meio ambiente e a regulação da ordem mundial.** Contexto internacional, v. 20, n. 2, p. 303-347, jul./dez. 1998.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente:** doutrina, jurisprudência, glossário. 5. Ed, 2007.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **Trajetória da Sustentabilidade:** do ambiental ao social, do social ao econômico, 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>>.

NOLASCO, Loreci Gottschalk. **Direito Fundamental à Moradia.** São Paulo: Editora Pillares, 2008.

OLIVEIRA, Vanessa Elias; CARVALHO NETO, Ernani. **A Judicialização da Política: um tema em aberto.** Política Hoje Revista do Mestrado em

Ciências Políticas da UFPE, Brasil, v. 1, n. 15, 2008, p. 98. Disponível em <http://politicahoje.com/ojs/viewarticle.php?id=101>. Acesso em 17 de junho de 2015.

ONU BRASIL. **A Onu e o meio ambiente**, 2018. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>.

REIS, João Emílio de Assis. **O Direito ao Meio Ambiente e o Direito à moradia: colisão de direitos fundamentais**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.10, n.20, Julho/Dezembro de 2013.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e a Exclusão Social. **Revista Interesse Público**. Ano1., n. 4. São Paulo: Notadez, 2006.

RYLANDS, Anthony; BRANDON, Katrina. **Unidade de Conservação Brasileira**. MEGADIVERSIDADE | Volume 1 | Nº 1 | Julho 2005.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável** (4ª Ed.). Rio de Janeiro: Garamond. 2002.

SAUER, Sérgio; França, Franciney Carreiro. Código Florestal, **função socioambiental da terra soberania alimentar**. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000200007.

SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes. 20 anos de sustentabilidade: **reflexões sobre avanços e desafios**. Revista da Unifebe (Online) 2012; 11 (dez):239-252.

STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e Consenso**: Constituição, Hermenêutica e Teorias Discursivas. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.